



Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se na sala dos Conselhos Municipais, Eder Lopes (Representante da OAB), Clarice Mezzomo (Representante da Saúde), Maria de Lourdes (Representante da APDF Roda do Bem), Jéssica Zagoto Bessa (Representante da Educação), Márcia Rodecz (Representante IFC Camboriú), Kálita de Souza (Representante do Lar Bom Pastor), Rose Maria Figueiredo (Representante do Latarte), Altair Kadiz (Representante do Kadiz), Ana Carolina Maran Figueiredo (Representante dos Conselhos Municipais), para tratar da seguinte pauta: **1) Aprovação da ata da reunião ordinária de dezembro de 2023; 2) Protocolo da pessoa idosa, mulher e pessoa com deficiência; 3) Conferência Estadual; 4) Cronograma visitas instituições.** Rose iniciou a leitura da ata da última reunião de dezembro de 2023. Em seguida, Jessica deu continuidade a leitura do documento. Todos aprovaram a ata, com a ressalva de alteração da participação do Representante do Latarte, que esteve presente Rose Figueiredo e não Roseli. Em seguida, foi falado a respeito da audiência pública do Protocolo de Violência. Foi uma empresa de São Paulo, que venceu a licitação e está sendo coordenada por duas advogadas que realizaram algumas visitas e estão construindo o documento. Rose solicitou que todos do Conselho que tenham interesse, encaminhe suas demandas para que seja repassada na elaboração do documento. Seja verificado pelas entidades o que consideram mais importante da Lei e da prática para repassar a informação ao grupo de trabalho criado. Jéssica menciona que seria importante ampliar mais uma cadeira de elaboração do documento, pois seria muito importante que a APAE e AMA estivesse presente neste Protocolo. Ana explica que na presente data será apreciada a Resolução conjunta dos Conselhos, na reunião do CMAS. Rose, convida quem tenha interesse em ficar na reunião do CMAS, para acompanhar a votação da Resolução. Foi criada resolução conjunta pelos Conselhos, a fim de que seja criado um grupo de trabalho com representação da Assistência Social, Saúde, Educação, Conselho da pessoa idosa, Conselho de Assistência Social, Conselho da pessoa com deficiência, Conselho da Mulher, Polícia Civil e Polícia Militar. Convidou a todas as entidades a participarem dessa construção, que terá um momento em que será aberto para a rede. Informa que a Dra Tehane estará acompanhando a fiscalização do protocolo. Expôs que o Protocolo será semelhante ao criado para a criança e adolescente. Jessica ressalta que o Protocolo da criança funciona muito bem e toda a rede de proteção segue os encaminhamentos de forma padronizada. Gisele menciona que os casos envolvendo violência com a pessoa com deficiência, conforme exposto pelas palestrantes, lhe surpreendeu, pois em âmbito Nacional, se tem conhecimento que o índice de vários tipos de violência é grande. Gisele acredita que as denúncias não chegam a conhecimento da Autoridade Policial. Daiane informa que para dar prosseguimento ao Boletim de Ocorrência tem que representar criminalmente. Ana, explica que não são todos os casos que dependem de representação. Os casos envolvendo crianças são incondicionados de representação. Jessica explica que os casos envolvendo crianças que sofreram algum tipo de violência que a Secretaria de Educação recebe via Protocolo, todos os casos são acompanhados e encaminhados aos setores. Citou exemplo dos casos de funcionários que foram exonerados, por agressão a crianças na escola, quem tem que realizar o Boletim de Ocorrência é a família da criança. Ana explicou, que as palestrantes estiveram na Delegacia de Polícia, ocasião que se reuniram com a Autoridade Policial de Camboriú/SC e conforme exposto pelo Delegado, há um índice pequeno de crimes envolvendo pessoas com deficiência. Nesse sentido, Gisele sugeriu que durante a construção do Protocolo seja visitado os profissionais que trabalham nessa área, a fim de realizar um diagnóstico. Maria de Lourdes cita que no final do ano de 2023 foi ajudar uma família que tinha uma pessoa desaparecida na família e foi até

a “Delegacia tinha encerrado as atividades” e o “Conselho Tutelar” tinha encerrado os atendimentos do ano. Maria de Lourdes disse que procurou então a Polícia Militar e o jornal “em que o Calebe” trabalha para tentar ajudar aquela família de outra forma. Em seguida, Maria de Lourdes sugere que seja criado um Fórum para conversar com o público e as instituições. Citou o exemplo que às vezes falta informações para a população dos serviços que existem, ou do direito que tem. Rose explica que a audiência pública foi realizada justamente para ouvir as demandas de todos. Porém, o público que esteve presente foi bem restrito. Gisele cita que sempre indica para as pessoas com deficiência, o serviço que a APAE fornece, no sentido de confeccionar carteirinha, isenção para comprar carro. Rose disse que é importante todos conhecerem os serviços que as instituições prestam. Nesse sentido, o CMDCA, por exemplo vai realizar audiência pública dia 19/02 para apresentar os projetos contemplados pelo FIA, para que todos tenham conhecimento. Rose convidou todos do Conselho a participar da audiência pública. Ana informa que sempre que recebe as vagas, de outras Secretarias, diferentes projetos e compartilha com todos os grupos de Conselhos do whatsapp para conhecimento. Rose solicitou informações sobre a Conferência Estadual da pessoa com deficiência. Ana afirmou que solicitou por e-mail detalhes a respeito da Conferência. Porém, informaram que ainda estão em processo de organização. Jessica disse que conforme exposto por Alexandre, do Conselho Estadual da Pessoa com deficiência quando foi encaminhado o relatório de Conferência, como Camboriú/SC, foi indicado os representantes do Conselho de Camboriú/SC, sendo 01(um) titular e 01(um) suplente gov e 01(um) titular e 01(um) suplente não gov, todos seriam considerados membros titulares do Conselho e não se teria suplente. Está previsto que o evento aconteça em Lages/SC, mas a data que estava pré agendada já terá outro evento na cidade. Os Municípios normalmente precisam de 30 (trinta) dias com antecedência para agendar o transporte, verificar os locais em que vão estar. Foram eleitos como Delegados da Conferência, a Maria de Lourdes, Magdieli, Márcia e Rogério. Ana expõe que disponibilizou a gravação do momento das propostas e eleição dos Delegados para o Conselho, na ocasião Flávia e Gabriel citam as propostas e membros e ao final é realizada as votações, tendo sido aprovados os acima nominados. Os que tinham se habilitado anteriormente, depois se abdicaram de participar, como foi o caso da Carol, representante da AMA. Rose se comprometeu em encaminhar a gravação. Alexandre do Conselho Estadual, passou a informação para a Jessica que o relatório da Conferência Estadual não poderia ser alterado. Daiane da APOC, se coloca a disposição para participar da Conferência. Porém, o Estado só aceita os nomes que foram votados e colocados em relatório. Em seguida, Rose falou a respeito da Comissão de visita. Informou que no ano de 2023 foi montada a Comissão. Porém, não foi possível realizar a visita naquela ocasião, desejando agendar agora em 2024. Rose disse que irá conferir na ata, que compõe a comissão de visita. Ficou agendado o dia 21/02/24, às 13h30min, para realizar visita na AMA. Rose diz que somente quem está no Decreto pode realizar a visita nas instituições. Maria de Lourdes, solicita que sua instituição também receba a visita do Conselho. Dirce da Apae, justificou ausência na reunião, pois tinha atividade com os pais dos alunos. Ao final, Rose expôs o trabalho que Maria de Lourdes vem realizando na área da pessoa com deficiência. Informou que ela realiza um trabalho diferenciado, ajuda as famílias, auxilia com cestas básicas. Ainda, não possui utilidade pública, está se organizando enquanto instituição. Assim, Maria de Lourdes divulgou um panfleto, com objetivo de conseguir ajuda para a instituição que coordena. Rose encaminhou o panfleto no grupo de whatsapp, para entrar em contato com ela, saibam o trabalho que Maria executa caso necessite fazer algum encaminhamento. Foi encerrada a reunião.

Rose M. S. Figueiredo

Presidente do CMDPCD - Decreto 4295/2023